



## Gênero e classe numa comunidade de mineração de carvão do Brasil em meados do século XX

CLARICE GONTARSKI SPERANZA

Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Universidade Federal de Pelotas, Brasil.

[clarice.speranza@ufpel.edu.br](mailto:clarice.speranza@ufpel.edu.br)

**Resumo:** O artigo examina a construção dos papéis de gênero e o lugar social da mulher na comunidade de mineiros de carvão do estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, em meados do século XX, período no qual a mineração local alcançou o auge da produção. Nesta região, havia uma rígida divisão sexual do trabalho, sendo o serviço das minas uma atribuição masculina e as tarefas domésticas reservadas às mulheres. O estudo utiliza fontes judiciais criminais e trabalhistas, documentos do arquivo das empresas mineradoras e entrevista realizada com uma moradora da região, entre outras. A pesquisa observa uma tensão nos papéis de gênero nos momentos de enfrentamento social, nos quais havia algum espaço para as mulheres demonstrarem sua inconformidade com a dominação imposta por sua condição feminina

**Palabras-chave:** gênero, mineração de carvão, luta de classe, trabalho

**Recebido:** 1 de abril de 2020. **Aprovado:** 17 de junho de 2020.



Este artigo propõe uma análise da construção dos papéis de gênero nas minas de carvão do sul do Brasil e tenta refletir sobre os sistemas locais de opressão/dominação de classe e gênero, a partir dos discursos, dos significados sociais e da divisão sexual do trabalho, bem como das “fissuras e ruídos” das desigualdades.<sup>1</sup> Nos interessa sobretudo o exame de uma comunidade na qual o trabalho é fortemente “generificado”, não apenas no sentido da própria divisão sexual do mesmo, mas também a construção de gênero é intensamente influenciada pelo lugar social em relação ao ofício.

A incorporação do conceito de gênero às pesquisas envolvendo as experiências relacionadas ao trabalho revolucionou a história social mas alimentou discussões desde cedo, como exemplifica o pioneiro e já clássico debate entre Scott e Tilly.<sup>2</sup> Como bem notou Scott, não basta invocar a existência de trabalhadoras antes invisibilizadas, mas observar como são estabelecidas as hierarquias e as categorias de gênero. Em suas palavras, “a história não é mais a respeito do que aconteceu a homens e mulheres e como eles reagiram a isso, mas sim a respeito de como os significados subjetivos e coletivos de homens e mulheres, como categorias de identidade foram construídos”.<sup>3</sup> Embora defendendo a inclusão do gênero na história social, Tilly criticou veemente a ênfase de Scott na desconstrução, observando que a ênfase no método e no texto subestimava a ação humana e fazia “pender a balança na direção de uma super-estimação da coerção social”.<sup>4</sup>

Embora tal debate já tenha sido em parte superado, é forçoso admitir que o foco na construção dos discursos e significados sociais gera tensões na história social ao colocar por vezes em segundo plano as escolhas e a agência

---

<sup>1</sup> Uma versão anterior deste trabalho foi apresentada no 3º Congresso Internacional da Asociación Latinoamericana e Ibérica de História Social, realizado na Pontificia Universidad Católica del Peru (Lima), em outubro de 2019, na mesa “Desmasculinizando los espacios mineros: siglo XX”. Agradeço às observações e críticas apresentadas pelos integrantes da mesa e pesquisadores participantes do evento, que tentei incorporar nesta versão. A pesquisa integra o projeto de pesquisa “Solidariedade e conflito: experiências e identidades entre mineiros de carvão no Rio Grande do Sul (1850-1950)”, que conta com a participação atuante do grupo de iniciação científica Daiana dos Santos Macedo, Guilherme Fritsch Garcia, Lucyllen Lopes, Pedro Martins Mallmann e Wayran dos Santos Ávila, alunos dos cursos de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Agradeço a Bruno Mandelli, doutorando de História do PPG UFRGS, pela leitura e pela contribuição com dados de sua pesquisa acerca das minas de Santa Catarina.

<sup>2</sup> Joan Wallach Scott, “Prefácio a *Genders and Politics of History*”. *Cadernos Pagu*, 3 (1994): 11-27; Louise A. Tilly, “Gênero, história das mulheres e história social”, *Cadernos Pagu*, 3 (1994): 29-62.

<sup>3</sup> Scott, “Prefácio a *Genders*”, 19.

<sup>4</sup> Louise A. Tilly, “Gênero, história das mulheres”, 50.

dos sujeitos e enfatizar as opressões estruturais e a produção social da individualidade. Para Biroli, “a opressão não define o indivíduo”. A fim de compreender a dinâmica da dominação de forma mais eficaz, esta autora propõe levar em conta as “fissuras e ruídos na dinâmica de reprodução da opressão e das desigualdades”.<sup>5</sup>

A perspectiva da interseccionalidade – alusão ao cruzamento de opressões diversas, conforme Kimberle Crenshaw<sup>6</sup> – motivou uma série de debates em especial no campo dos estudos feministas e apresenta desafios para sua utilização no campo da história do trabalho. Defensora do uso do conceito de patriarcado, Helleith Saffioti enxerga os cruzamentos gênero/raça/etnia/classe como contradições que devem ser compreendidas como “nó”, para “dar conta da realidade da fusão patriarcado-racismo-capitalismo”.<sup>7</sup> Tal dominação, porém, não exclui a resistência: “sempre que há relações de dominação-exploração, há resistência, há luta, há conflitos, que se expressam pela vingança, pela sabotagem, pelo boicote ou pela luta de classes”.<sup>8</sup>

Para Daniele Kergoat, falar de divisão sexual do trabalho “é articular a descrição do real com uma reflexão sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza a diferenciação para hierarquizar estas atividades”.<sup>9</sup> E podemos acrescentar: com a resistência (ou deslocamentos, ou rupturas) a estes processos de diferenciação. Nesta perspectiva, homens e mulheres são vistos como grupos sociais em tensão permanente sobre o trabalho e suas divisões. Tal relação se constitui de forma antagonica, como uma construção social com base material, erigida a partir de uma hierarquia entre os sexos, sendo, portanto, uma relação de poder, de dominação.

Nos perguntaríamos então de que forma se articulam e se antagonizam diferentes identidades, como elas implicam em solidariedades coletivas e como se dá especialmente a conformação e transformação histórica. Reivindicamos a importância do olhar sobre a experiência humana,

---

<sup>5</sup> Flávia Biroli, “Autonomia, opressão e identidades: a resignificação da experiência na teoria política feminista”. *Estudos feministas*, 21 (2013): 90.

<sup>6</sup> Kimberle Crenshaw, “A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero”. <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf> (Acesso em 26/03/2020).

<sup>7</sup> Helleith Saffioti, *Gênero, Patriarcado, Violência*. (São Paulo: Perseu Abramo, 2004), 130.

<sup>8</sup> Ibid.

<sup>9</sup> Daniele Kergoat, “Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo” em *Dicionário crítico do feminismo*, coords: Helena Hirata, Françoise Laborie, Hélène Le Doaré, Danièle Senotier, (São Paulo: Unesp, 2009), 72.

compreendendo os personagens históricos não como “sujeitos autônomos, mas (...) como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos”,<sup>10</sup> e que elaboram esta experiência como cultura, consciência e ação.

Neste sentido, o artigo examina a definição dos papéis sociais de gênero e o lugar social da mulher trabalhadora como elemento essencial para a construção da masculinidade operária – e os mineiros são uma categoria exemplar para pensar esta questão, dado a ênfase notória na masculinidade como valor associado ao ofício, já demonstrado em outros estudos.<sup>11</sup> O estudo utiliza fontes judiciais criminais e trabalhistas, documentos do arquivo das empresas mineradoras e entrevista realizada com uma moradora da região. Ambiciona discutir, a partir deste microcosmo, as contradições entre luta social, autonomia e a dominação de gênero no mundo do trabalho.

A primeira parte do texto apresenta os dois polos de mineração de carvão no Brasil, RS e SC, mostrando de forma comparativa a divisão sexual do trabalho em ambos os locais. A partir da segunda parte, o artigo concentra seu foco na comunidade do Rio Grande do Sul, onde a relação entre gênero e ofício era mais estrita, dado que não havia qualquer tipo de trabalho feminino na esfera de exploração do carvão. Assim, a segunda parte aponta os valores que norteavam a construção do feminino e do masculino na comunidade, a partir da domesticidade, da honra e valorização da maternidade. Por fim, a terceira parte examina as lutas e enfrentamentos sociais partilhados por homens e mulheres, e as contradições no processo de construção dos papéis de gênero mais nitidamente perceptíveis neste momento.

### **As minas de carvão e a divisão sexual do trabalho**

A produção de carvão no Brasil teve seu maior desenvolvimento ao longo do século XX em dois polos: Rio Grande do Sul (vilas de Arroio dos Ratos, Butiá, Charqueadas e Minas do Leão) e Santa Catarina (região de Criciúma). Até meados do século, a produção concentrou-se no estado gaúcho, mas, a partir do advento da Companhia Siderúrgica Nacional, no início dos anos 1940,

---

<sup>10</sup> E.P. Thompson, *A miséria da teoria* (Rio de Janeiro: Zahar, 1981), 182.

<sup>11</sup> Thomas Miller Klubock, “Morality and Good Habits: The Construction of Gender and Class in the Chilean Copper Mines, 1904-1951”, em *The Gendered Worlds of Latin American Women Workers*, coord. John French e Daniel James (Durham/London: Duke University Press, 1997), 232-263. Sobre masculinidades, ver, Ava Baron, “Masculinity, the Embodied Male Worker, and the Historian’s Gaze”. *International Labor and Working-Class History*, 69 (2006): 143-160.

houve um rápido crescimento da exploração das minas de Santa Catarina, cujo combustível mineral reunia melhores condições físicas de abastecer os fornos da empresa. Ambas as regiões tornaram-se importantes comunidades operárias, reunindo milhares de trabalhadores.

No Rio Grande do Sul, a mineração subterrânea se iniciou de forma rudimentar, mas logo passou a ser realizada por empresas e, em 1936, tornou-se praticamente um monopólio do Consórcio Administrador das Empresas de Mineração (Cadem), associação de duas sociedades, a Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo e a Companhia Carbonífera Rio-grandense.<sup>12</sup> No mesmo período, uma série de decretos governamentais editada pelo governo Getúlio Vargas beneficiou esta indústria.<sup>13</sup> A década posterior, os anos 1940, foi o auge da produção de carvão na região, em especial durante os anos da II Guerra Mundial. A demanda gerada pelo conflito mundial teve um papel central neste crescimento, já que o carvão gaúcho era utilizado na produção de energia elétrica e como combustível da malha ferroviária. O recorde na produção foi alcançado em 1943, com 1,34 milhão de toneladas da rocha extraídas do solo, o que representava 65% de todo o carvão gerado no Brasil. Na época, trabalhavam nas minas de carvão das duas vilas cerca de 7 mil operários.

Para tornar possível o contínuo crescimento da produção, as mineradoras investiram na criação de uma infraestrutura que transformou pequenas comunidades caracterizadas por agricultura de subsistência em centros urbanos capazes de abrigar uma população de milhares de pessoas. Ruas, casas, postos de saúde, escolas, igrejas, lojas de comércio e até cinema foram

---

<sup>12</sup> As duas empresas continuaram existindo, mas a administração na prática era feita pelo Cadem. Em 1941, a segunda empresa passou a chamar-se Companhia Carbonífera Minas do Butiá. Sobre a história das minas de carvão na região, ver Clarice G. Speranza, *Cavando direitos: As leis trabalhistas e os conflitos entre os mineiros de carvão e seus patrões no Rio Grande do Sul (1940-1954)* (São Leopoldo/Porto Alegre: Oikos/ANPUHRs, 2014); Marta Cioccarri, “Do gosto da mina, do jogo e da revolta: um estudo antropológico sobre a construção da honra numa comunidade de mineiros de carvão” (Tese de doutorado em Antropologia, PPGAS - Museu Nacional, 2010); Cristina Ennes da Silva, “Nas profundezas da terra: um estudo sobre a região carbonífera do Rio Grande do Sul” (Tese de doutorado - PPG em História, PUCRS, 2007); Alessandro Witkowski, e Tassiane Melo Freitas, *Sobre os homens desta terra – A trajetória de fundação do sindicato dos mineiros de Butiá no Rio Grande do Sul* (Porto Alegre: ed. autores, 2006), entre outros.

<sup>13</sup> Em 1931, um decreto federal definiu um percentual mínimo de 10% para o consumo do carvão nacional em relação ao estrangeiro. Cinco anos depois, outro decreto aumentou o percentual para 20% (à época, 82% da produção nacional vinha do Rio Grande do Sul). Este decreto foi suspenso em 1944. Ver Speranza, *Cavando direitos*, 49-51.

subsidiados ou patrocinados pelas empresas. A estrutura de proteção e controle das vilas-fábricas (*company town*) tinha como contraponto uma estrita vigilância sobre os operários, a partir de uma estreita colaboração entre as empresas e a polícia, e o acionamento do Exército quando necessário. Formada pela mão de obra local e por migrantes do Brasil e do Exterior (em especial da Espanha, Uruguai e Leste Europeu), a comunidade mineira se configurou um grupo combativo e politicamente importante, dada a sua concentração e também a sua capacidade de mobilização, demonstrada em greves com ampla adesão mesmo antes da criação do sindicato, no início dos anos 1930.

A situação era um pouco diferente em Santa Catarina. O vertiginoso crescimento da exploração do carvão catarinense a partir da segunda metade dos anos 1940 foi capitaneado por um número bem maior de empresas do que no estado do Rio Grande do Sul, o que afetou, entre outras coisas, a criação de uma estrutura de bem estar social destinada a fixar os trabalhadores nas vilas. No Rio Grande do Sul, um instrumento importante desse mecanismo era o estímulo aos trabalhadores casados e às famílias, com uma estrita separação dos papéis de gênero, que vedava o trabalho feminino na esfera da exploração do carvão (mas não o infantil). A elas era reservado o trabalho doméstico e algumas funções públicas, como professoras ou enfermeiras, porém de número muito limitado.

Em Santa Catarina, por outro lado, o “boom” da produção foi mais rápido e protagonizado por uma série de empresas menores e com menos capital disponível para oferecer estímulos de atração e manutenção da mão de obra. Talvez por essas razões, as mulheres foram aqui engajadas no trabalho mineiro, desempenhando uma função específica, a de “escolhedeiras” (também reservada às crianças). Essa função era desempenhada na superfície da mina e consistia na separação das rochas pela sua qualidade logo depois que eram trazidas do subsolo. Embora constante, a atuação feminina foi, porém, minimizada ou virtualmente apagada socialmente da memória, como mostrou Carola:<sup>14</sup> o trabalho das mulheres era considerado uma mera “ajuda” aos homens, estes sim os “verdadeiros” operários.

Volpato, em pesquisa publicada ainda nos anos 1980, dimensionou como muito minoritária a utilização de mão de obra feminina nas minas catarinenses.<sup>15</sup> Segundo ela, 88% das mulheres da região, atuavam somente

---

<sup>14</sup> Carlos Renato Carola, *Dos Subterrâneos da História: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964)* (Florianópolis: UFSC, 2002).

<sup>15</sup> Terezinha Volpato, *A Pírita Humana: Os Mineiros de Criciúma* (Florianópolis: UFSC, 1984).

na esfera doméstica, como donas de casas. No entanto, uma pesquisa recente de Mandelli demonstrou que na década de 1940, os “braços das escolheiras” foram indispensáveis à mineração inclusive do ponto de vista econômico, uma vez que estas recebiam um salário muito inferior ao dos homens, provocando assim uma diminuição da massa salarial, o que era de interesse dos empresários do setor.<sup>16</sup>

Em seu estudo, o autor cita o relato de um médico do Departamento Nacional de Produção Mineral, que escreveu, nos anos 1950, que o principal motivo do emprego de mulheres nas minas catarinenses era o fato delas se sujeitarem a salários inferiores aos dos homens. Mandelli também realizou levantamento com base em processos por acidente de trabalho e encontrou um salário médio diário de Cr\$ 7,50 por uma “escolheira” em 1943, enquanto o do operário “mineiro” (como eram chamados na região os operários do subsolo responsáveis pela extração) era de quase cinco vezes mais – Cr\$ 36,60. O salário das “escolheiras” equivalia, naquele ano, ao que recebiam homens diaristas e tarefeiros, ou seja, trabalhadores eventuais. Porém, em 1950, as mulheres ocupavam, isoladas, o último patamar de remuneração das minas catarinenses. Naquele momento, o salário médio das mulheres era de Cr\$ 12,00 contra Cr\$ 43,50 dos “mineiros”, os mais bem remunerados do ranking. Com o trabalho na “escolha”, as mulheres dobravam sua jornada de trabalho para dar conta do orçamento doméstico. No entanto, o trabalho feminino nas minas catarinenses era de fato encarado como auxiliar no conjunto da renda doméstica, em contraste com o espaço doméstico, este sim considerado o local de domínio feminino.

Já nas minas do Rio Grande do Sul, o lugar feminino restringia-se ao lar, não havendo operárias mulheres na mina mesmo depois que sua produção foi ultrapassada pela das empresas de Santa Catarina, em fins dos anos 1940. Para as mineradoras instaladas em território rio-grandense, as mulheres eram essenciais não como instrumento de rebaixamento salarial, mas como parte das estratégias de fixação dos trabalhadores homens nas minas, bem como na reprodução da mão de obra (através da geração e criação de filhos). A alta rotatividade era um fator importante, dado o abandono no emprego, as doenças profissionais (em especial as pulmonares) e as aposentadorias precoces por invalidez, consequência direta da alta insalubridade do ofício. Além disso, sem o intenso labor doméstico feminino, a extrema exploração do braço masculino não seria possível. Tal característica aparece em

---

<sup>16</sup> Bruno Mandelli, “Entre a lei e os direitos: as experiências dos trabalhadores acidentados na mineração em Criciúma, 1943-1950” (Dissertação de mestrado - PPG em História, UFSC, 2019).

experiências de mineração de outras partes do mundo, como a Grécia, como relata Papastefanaki:

Na esfera reprodutiva, o trabalho feminino não remunerado (incluindo o cuidado com os filhos, a alimentação, a manutenção da casa, preparação de banhos, limpeza, lavagem de roupas, costurar, etc.) era essencial para a economia de subsistência e o bem-estar das famílias mineiras. Trabalho remunerado em atividades informais (costura, hospedagem etc.) era também uma opção para mulheres em regiões mineiras.<sup>17</sup>

O sistema *company town* caracteriza-se por envolver todos os integrantes da família operária nas atividades com vistas a extrair o máximo de trabalho possível dos componentes (geralmente pai e filhos homens) que atuavam diretamente no ambiente fabril. Mesmo não sendo empregadas das minas, as mulheres dispndiam seu dia em atividades como a lavagem das roupas, a feitura das refeições para os operários (que os filhos levavam para a mina para o pai ou para serem comercializadas), os cuidados com a casa e até no banho nos trabalhadores mineiros, ritual diário extremamente importante, já que os corpos dos operários chegavam da labuta cobertos de pó de carvão, da cabeça aos pés.

Filha de pequenos agricultores da zona rural de Arroio dos Ratos, Lourdes Lima veio para vila estudar, ainda jovem, e se tornou telefonista, tendo sido eleita a primeira vereadora feminina da cidade, nos anos 1980. É viúva de Juarez Lima, técnico eletricitista da mina, de pai também mineiro, e líder do PTB municipal (posteriormente PDT). Numa longa entrevista, Lourdes descreveu a dura rotina das mulheres na mineração da vila, quando não havia água encanada:

E as mulheres... era um trabalho tão rude para manter a higiene, a da casa e a roupa, elas desciam da Vila Doze, daqui do centro e iam no arroio [a cerca de cinco quilômetros]. Então tem um porto ali que eles chamam “Pau das Lavadeiras”, porque no arroio vocês sabem que tem aquelas árvores que vão se criando, a água vai tirando parte do barranco e ele começa a deitar. (...) Saíam com a tábua, a trouxa de roupa, a pé, quem tinha um carrinho de mão levava, mas no começo nem carrinho de mão. Elas passaram muito trabalho as mulheres... (...) Hoje as famílias tão assim: no máximo três filhos e olhe lá, quem já tem três... Naquela época eram oito, dez, gente, era uma criançada que vocês não imaginam. E a roupa do mineiro, né? Aquilo era uma roupa que se ele deixasse três dias [sem lavar], não vestia! Não conseguia vestir uma roupa! Ele tinha que tomar um banho; então a água era mais reservada para o banho e para a comida porque a limpeza e a lava

---

<sup>17</sup> Leda Papastefanaki, “Family, gender and Labour in the Greek Mines, 1860-1940”, *International Review of Social History* (2019): 19.

roupa, tinha que ir lá no arroio. Não tinha outro, não tinha essa sanga que corre aqui, depois é que foi feito, canalizado. Era no arroio! Então tem ali um porto que tem o nome até hoje “Ah vamos lá no porto no Pau das Lavadeiras!”. (...) Foi com sacrifício que a mulher iniciou a sua luta aqui.<sup>18</sup>

É forçoso notar que o caráter comunitário do trabalho, dada a ausência de água encanada, subvertia *de fato* a atividade vista como privada (do cuidado do lar) em uma atividade pública e coletiva. Além disso, a mulher passava a ser conhecida por seu labor (“lavadeira”) e não como mera “esposa”. Na realidade, o depoimento de Lourdes demonstra como a exclusão (ou no caso de Santa Catarina, a minimização) do lugar social das mulheres do mundo do trabalho não doméstico não significava de forma alguma a eliminação de seu papel na esfera pública, inclusive nos momentos de enfrentamento social, como veremos a seguir.



**Figura 1:** Miss Brasil visita mina. Acervo documental do Museu Estadual do Carvão do RS, arquivo fotográfico (coleção indústria 501-748mc, foto 6).

<sup>18</sup> Entrevista de Lourdes Lima, realizada pela autora e equipe em 27/11/2019, na residência da entrevistada, em Arroio dos Ratos (RS).

A divisão sexual do trabalho que se impunha nas minas de carvão mostrava-se essencial para a definição dos papéis de gênero e para a construção do ofício mineiro como atributo da masculinidade, indo ao encontro dos interesses das empresas de maximização da exploração. As minas propriamente ditas (e por extensão, o trabalho produtivo) eram espaços masculinos, de “machos”; mesmo se a mulher ali atuasse, como no caso de Santa Catarina, seu papel era minimizado e sempre visto como secundário. Quanto mais “macho”, mais capaz de suportar as péssimas condições de trabalho impostas.

Referindo-se às minas de cobre de El Teniente, no Chile, na primeira metade do século XX, Klubock observou que a cultura da masculinidade servia aos interesses da empresa mineradora: “Ao masculinizar e sexualizar seu trabalho, os mineiros naturalizavam a exclusão feminina do mundo do trabalho e assim reafirmavam as políticas de bem estar social de gênero da empresa, que restringiam a mulher à esfera doméstica”.<sup>19</sup> Assim, nestas comunidades, a definição dos papéis de gênero está diretamente relacionada à esfera do trabalho e do ofício, não podendo ser compreendida fora deste. Ao operário homem, cabia um lugar central na sociedade. A mulher aparecia sempre como subordinada e dependente.

Nesta lógica, não causa surpresa o fato de que na visita de uma Miss Brasil às minas (figura 1), provavelmente no fim dos anos 1950, ela tenha envergado um uniforme de mineiro – seria inconcebível na lógica desta comunidade que o feminino estivesse relacionado à notoriedade social a não ser que fosse simbolicamente ligado ao ofício e ao masculino.

### **Mulheres: domesticidade, maternidade e honra**

A importância das mulheres como elemento fixador da mão de obra masculina em um ofício caracterizado pela alta rotatividade foi desde cedo notado pelas mineradoras no Rio Grande do Sul. A própria política de sessão ou aluguel de casa da empresa aos trabalhadores tinha como pré-condição o fato do trabalhador ser casado; os solteiros eram alojados em galpões e residências coletivas (“repúblicas”).<sup>20</sup> Outras iniciativas visavam suprir demandas consideradas essencialmente femininas, como a implantação de um serviço de assistência de maternidade, e pré-natal nas vilas, que incluíam a

---

<sup>19</sup> Klubock, “Morality and Good Habits”, 1997, 253.

<sup>20</sup> As “repúblicas” eram uma construção com diversos cômodos, com uma porta e uma janela para cada morador, no mínimo. Casais com filhos ocupavam moradias individuais, mais amplas do que os sem filhos. Silva, *Nas profundezas da terra*, 2007, 241-242.

distribuição de leite às crianças até um ano de idade, cujas mães não pudessem amamentar e a distribuição gratuita de vacinas.<sup>21</sup> Havia ainda a promoção de concursos dos bebês considerados mais saudáveis (“robusteza infantil”). Os pais dos bebês “vencedores” dos concursos eram premiados com dinheiro e distinção social:

Os nomes das crianças vencedoras eram afixados em murais pela cidade, sendo normalmente indicada a classificação no concurso, além do nome da criança e, por fim, era acrescentada a informação de que a criança era filho (a) do casal, mas, então, era colocado apenas o nome do pai. *O destaque ao nome do pai e não ao da mãe justificava-se porque era o homem o empregado da companhia.* O trabalhador que tinha seu filho premiado no concurso de robusteza infantil era destacado entre os demais, pois os nomes eram fixados em locais públicos para que ficassem à vista de todos, e nas dependências da empresa. *A figura das mães e das crianças vencedoras era colocada no jornal como exemplo a ser seguido.*<sup>22</sup>

O concurso de “robusteza infantil” era uma forma do Consórcio Minerador mobilizar a comunidade contra os índices alarmantes de mortalidade infantil nas vilas (quadro provavelmente relacionado à insalubridade, à pobreza e às condições precárias do fornecimento de água potável) e que ameaçavam a reprodução da mão de obra nas minas. Também compunha o repertório de estratégias paternalistas de controle da força de trabalho e integravam a mulher e o universo doméstico à vida laboral. Esta era valorizada a partir de seu enquadramento em um modelo ideal: mãe e esposa dedicada, companheira fiel do trabalhador e responsável zelosa pela nutrição e cuidado dos futuros mineiros. O detalhe da ausência do nome da mulher nos murais em que se “festejava” os bebês vencedores pontua a sua subordinação social, diretamente relacionada à sua ausência no mundo do trabalho mineiro – quem merecia a citação era o homem, por ser ele o operário (as mães, no entanto, eram lembradas nos jornais).

Se a subordinação social das mulheres aos maridos ou companheiros era reafirmada continuamente, a dependência econômica tornava suas existências especialmente difíceis. Em especial levando-se em conta que a vida produtiva dos mineiros era extremamente curta, pelas doenças e acidentes associados ao trabalho. Processos movidos por viúvas contra as mineradoras dimensionam estes dramas humanos.

---

<sup>21</sup> Balanço de 1943 da Companhia Carbonífera Minas do Butiá. *Diário Oficial da União*, 20/04/1944, 67, seção 1.

<sup>22</sup> Silva, *Nas profundezas da terra*, 2007, 278-279, grifo meu.

Em dezembro de 1936, Maria Alves pediu indenização a Companhia Carbonífera Riograndense pela morte do companheiro, Jesuíno Candido,<sup>23</sup> em um acidente ocorrido na mina de Butiá em agosto daquele mesmo ano. O próprio promotor público representou Maria e o filho de apenas um ano de idade na Justiça. Apesar da empresa ter liquidado o saldo de salários devidos a Jesuíno a Maria, tendo emitido recibo em seu nome como “viúva” do trabalhador, a alegação na Justiça era que a indenização não poderia ser paga porque os dois não eram casados oficialmente. O promotor declarou que Jesuíno e Maria eram “gente rústica, nascida em um meio social bastante atrasado” e que haviam casado somente na Igreja, desconhecendo a necessidade do casamento civil. Maria contou que vivia “amancebada” com Jesuíno há três anos (sendo dois anos em Santa Catarina, de onde eram naturais, e um ano no Rio Grande do Sul). O casal tivera dois filhos, mas um já havia morrido à época do acidente. Para justificar o status marital de Maria, que contava apenas 19 anos à época, o promotor fez ouvir duas testemunhas que ratificaram se tratar de mulher “séria e honesta”, e afastaram dúvidas levantadas pelo advogado da empresa sobre a paternidade do filho. Por fim, a Justiça ordenou o pagamento da indenização à viúva e ao menino<sup>24</sup> (que acabaria falecendo em 1938).

Nem sempre as viúvas conseguiam obter indenização. Angelina Nesbeda, de 49 anos, viúva do mineiro José Nesbeda, ingressou com um processo em novembro de 1940<sup>25</sup> para receber uma indenização pela morte do marido. José, austríaco, trabalhara por 21 anos na Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo e falecera em 1939, aos 65 anos, com um quadro de asma e insuficiência cardíaca. Ao ser examinado por um médico, no mesmo ano, o operário relatou sentir-se doente, “tendo falta de ar e cansaiva continuamente”. Locomovia-se com dificuldade, “necessitando parar seguidamente para vencer pequeno trecho”. O médico notou que havia partículas de carvão no catarro, entre outras características da

---

<sup>23</sup> Processo 9001999173517, Ação de Acidente de Trabalho, Comarca de São Jerônimo, Maria Alves e filho X Companhia Carbonífera Riograndense, 12/09/1938. Arquivo Centralizado Tribunal de Justiça do RS. As citações posteriores foram retiradas de documentos do processo.

<sup>24</sup> Maria recebeu 11 contos e 24 mil réis em agosto de 1937. Em junho de 1938, comunicou a morte do filho, pedindo o desbloqueio do valor depositado em nome dele no Cofre dos órfãos (cinco contos e 400 mil réis). A título de comparação, Jesuíno recebia uma diária de 12 mil réis. Somente a indenização de Maria equivalia a mais de 918 vezes a diária de Jesuíno.

<sup>25</sup> Processo 9001998682960, Ação de Acidente de Trabalho, Comarca de São Jerônimo, Angelina Nesbeda X Cia Estrada Ferro Minas São Jerônimo, 28/11/1940. Arquivo Centralizado Tribunal de Justiça do RS. As citações posteriores foram retiradas de documentos do processo.

pneumoconiose. No processo, Angelina, que era natural da Itália, mas vivia no Brasil desde os três anos de idade, representava a si e a cinco filhos menores de idade. Como José havia conseguido se aposentar em agosto de 1937, a Justiça considerou a ação de Angelina prescrita e a viúva e os seus cinco filhos ficaram sem indenização.

Como demonstra o caso de Maria, a moralidade da mulher era facilmente colocada em dúvida no interesse do patronato: o promotor público habilmente mobilizou testemunhas que salientaram não apenas o casamento religioso do casal, mas em especial a índole “séria e honesta” da viúva (ambos os mineiros que depuseram utilizaram a mesma expressão, o que aventa a possibilidade de que esta possa ser uma orientação do promotor para comover o juiz). No caso de Angelina, porém, o fato de não haver nenhum questionamento a sua honra nem dúvida sobre a validade do casamento não a ajudaram a obter a indenização pretendida. A moral era uma espada sobre a vida feminina que raramente poderia ser apropriada pelas mulheres a seu favor.

Da mesma forma que as ações por indenização de acidente de trabalho, processos criminais nos ajudam a compreender o modelo de comportamento feminino valorizado neste mundo de protagonismos masculinos. Em um processo por calúnia movido em 1944, uma dona de casa (assistida pelo marido mineiro, com quem era casada há dois anos) acusou outro trabalhador das minas de estar assediando “com olhares discretos e atrevidos” e de ter invadido a sua casa, “precisamente à noite, fazendo-lhe propostas desonestas”.<sup>26</sup> À polícia, a dona de casa de 20 anos alegou que o colega do marido vinha seguindo-a há cerca de um mês, mas que “como mulher honesta nunca olhou para o mesmo”. Em determinado dia, havia ocorrido um encontro de ambos nos fundos da casa dela, consentido, segundo a dona de casa, “para evitar escândalo”. No local, ele teria lhe dirigido “palavras amorosas, pedindo a ela que a ele se entregasse”, e inclusive tentado manter relações à força, sem sucesso. A história do homem, de 33 anos era diferente. Segundo ele, a mulher lhe lançava “olhares e sorrisos” e teria lhe confessado “não se dar bem com o marido”, tendo o encontro dos fundos da casa culminado com uma relação sexual. O operário afirmou que a mulher teria aberto o processo na polícia e depois na Justiça “para se limpar perante o marido e a sociedade”. Casado e pai de três filhos melhores, o homem defendeu sua honra no tribunal, afirmando “não frequentar bares nem

---

<sup>26</sup> Processo 9001999174040, Ação por calúnia, Comarca de São Jerônimo, Irma Schwert Vales X Valdo Jozé Figueira, 05/10/44, Arquivo Centralizado Tribunal de Justiça do RS. As citações posteriores foram retiradas de documentos do processo.

cabarés”, não beber, só ter “relações fora do casamento desta vez” e frequentar “a melhor sociedade do lugar onde mora, sendo sócio fundador do Club Butiá”. O processo acabou em acordo dois anos depois, só depois do homem voltar atrás e negar por escrito a ocorrência da relação sexual que antes afixara.

Não nos interessa aqui determinar qual das versões seria mais próxima da verdade, mas sim explorar as convenções sociais de gênero que transparecem nelas, já que os depoimentos estão imersos numa cultura e lidavam com representações comuns ao universo dos trabalhadores.<sup>27</sup> Assim, fica claro que o ponto central era a honra e “honestidade” da mulher (e de seu marido, que não é ouvido no processo, mas que o patrocina e é citado o tempo todo). A salvação da honra da moça implicava na negação pública da ocorrência da relação sexual, e por isso o processo se justificava. Neste sentido, quando o homem finalmente nega a ocorrência da relação sexual por escrito, é como se ele de alguma forma atestasse a “honestidade” dela e também o seu papel subordinado neste mundo masculino. De fato, sequer a insinuação de que poderia ter dado vazão ao interesse masculino a partir de olhares era aceitável para uma mulher “honesta”. Ao homem, no entanto, era perfeitamente plausível afirmar a relação extraconjugal e continuar a dizer-se “honrado”, pela existência de outras pré-condições consideradas aceitáveis para isso: a existência de filhos, o caráter único da traição, a abstinência de álcool e mesmo até a frequência a um determinado clube social!

A limitação à esfera doméstica, a subordinação ao homem (superior pelo seu lugar social de operário, ou seja, economicamente produtivo), e a sujeição permanente a códigos de honra e moralidade eram portanto elementos da hierarquia de gênero a qual as mulheres das minas de carvão do sul do Brasil eram submetidas nos anos 1940. Tratava-se de um espaço muito limitado de possibilidades, não obstante o papel relevante da mulher como instrumento de manutenção e reprodução da mão de obra mineira, bem como por ser o elemento que tornava possível a exploração máxima do braço masculino nas minas, ao arcar praticamente sozinha com todo o serviço doméstico.

---

<sup>27</sup> Na perspectiva de Chalhoub, sobre o uso de processos jurídicos como fonte para a história social: “O fundamental em cada história abordada não é descobrir ‘o que realmente se passou’ (...), e sim tentar compreender como se produzem e se explicam as diferentes versões que os diversos agentes sociais envolvidos apresentam para cada caso. As diferentes versões produzidas são vistas neste contexto como símbolos ou interpretações cujos significados cabe desvendar”. Sidney Chalhoub, *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro na Belle Époque* (Campinas: Unicamp, 2001), 40.

Sabemos, no entanto, que a sociedade é feita de tensões: a que se observa nesta comunidade é justamente entre este espaço limitado de atuação, definido pelas condições culturais e econômicas, e a busca por protagonismo social feminino – em especial, no enfrentamento com o patronato. A participação ativa e destacada das mulheres na militância em comunidades mineiras já foi sinalizada por diversos autores, como Perrot,<sup>28</sup> para quem a greve em comunidades mineiras “é assunto de toda a tribo”, ou Treppe,<sup>29</sup> que salienta que o sucesso das greves era uma questão familiar e dependia da ocupação do território da vila mineira. No Chile, a militância feminina nas lutas políticas e nos conflitos de trabalho nas minas foi constante, a partir de comitês e organizações de mulheres. Na região carbonífera de Arauco, as mulheres eram encarregadas de “difundir a propaganda comunista, camuflando sua atuação através do funcionamento de cooperativas por meio das quais financiavam suas atividades, o que matiza o papel fundamental desempenhado pelas mulheres em torno do gênero”.<sup>30</sup>

### Lutas e enfrentamentos

Ao pensarmos na construção social de gênero numa perspectiva relacional, podemos observar que a subalternidade atribuída às mulheres nas minas reforçava, em contraste, a centralidade do “ser homem”. A identidade de gênero do trabalhador estava diretamente ligada à produção mineira, sendo relacionada aos atributos necessários ao ofício, menos à força física do que à resistência e, em especial, à bravura. Esta podia ser entendida de formas diversas, mas estava primeiramente relacionada à coragem de descer ao subsolo e enfrentar o fantasma da morte e a certeza cotidiana da deterioração física.

A respeito desse nexos entre masculinidade e destruição do corpo por parte da classe trabalhadora masculina, Baron salientou a afirmação da masculinidade como a aceitação do risco e mesmo da própria mutilação corporal por parte dos trabalhadores homens nos Estados Unidos, que fez com que eles, “lentamente, e de forma amplamente ineficaz, aceitassem níveis de perigo de

---

<sup>28</sup> Michelle Perrot, *Jeunesse de La greve (France, 1871-1890)*. (Paris: Éditions du Seuil, 1984), 117.

<sup>29</sup> Rolande Treppe, “Les caractéristiques du syndicalisme minier français et son apport au mouvement ouvrier français”. *Halifax*, 16, 1 (1981).

<sup>30</sup> Hernán Venegas Valdebenito, “La posición estratégica de los trabajadores del carbón en Chile. De sua fortaleza a la crisis, 1920-1960”. *Anos 90*, 35 (2012): 458.

morte inacreditáveis e danosos ao corpo nos locais de trabalho estadunidenses”.<sup>31</sup>

Além disso, a masculinidade trabalhadora construída como oposição e sujeição do feminino conjugava-se com uma aversão social à homossexualidade. Um caso particularmente dramático, relatado em processo-crime de 1944, ilustra esse verdadeiro pavor masculino de ver a identidade de gênero questionada publicamente. Ao descobrir alvo de boatos sobre a suposta ocorrência de uma relação sexual com um colega de trabalho, numa noite de bebedeira em seu quarto, um mineiro solteiro simplesmente deformou o rosto do amigo a navalhadas na rua. Dias depois, declarou à polícia, que quem tivesse “aproveitado de si, quando estava embriagado em casa, merecia ser morto”.<sup>32</sup> A dúvida a respeito da virilidade teria de ser apagada à força, e publicamente.

Porém a coragem frente aos perigos das minas poderia facilmente sofrer um deslizamento, e passar a dar sentido à audácia de enfrentar os patrões ou chefes individual ou coletivamente. As vilas mineiras de Arroio dos Ratos e Butiá foram palco de diversos enfrentamentos de classe, desde o início da mineração. A primeira greve que se tem notícia ocorreu em 1895, envolvendo trabalhadores europeus que teriam mobilizado os “nacionais” demandando aumento nos pagamentos.<sup>33</sup> O sindicato mineiro foi formado no início dos anos 1930, em meio a uma paralisação.

Familiarizados com os tribunais desde os anos 1920, quando começaram a ingressar com ações por acidentes e doenças de trabalho, os militantes investiram tanto em estratégias jurídico-políticas (contratação de advogados, contato com políticos, publicização dos movimentos) como na ação direta. Durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945), que coincidiu com o já mencionado momento de maior produção das minas, o Partido Comunista sobrevivia na ilegalidade pela ação das células de base, tendo tido papel destacado nas greves ocorridas em abril de 1945 e no verão de 1946, através do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT).<sup>34</sup> A partir daí, PCB (a

---

<sup>31</sup> Baron, *Masculinity, the Embodied*, 147.

<sup>32</sup> Processo 9001997741702, Processo crime (lesão corporal grave), Comarca de São Jerônimo, Réu: Elpidio de Oliveira, 13/03/44, Arquivo Centralizado Tribunal de Justiça do RS.

<sup>33</sup> Relatório da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo; reunião ordinária de 1895 (Rio de Janeiro: Oficinas do Jornal do Brasil, 1895), 12-13. Acervo do Museu Estadual do Carvão.

<sup>34</sup> Gláucia Konrad, “Os trabalhadores e o Estado Novo no Rio Grande do Sul: Um retrato da sociedade e do mundo do trabalho (1937-1945)” (Tese de doutorado, IFCH-UNICAMP, 2006).

partir de 1947 na ilegalidade) e PTB travaram uma dura e constante competição pela liderança do movimento operário local.

Uma das greves mais importantes na história da comunidade ocorreu em 1946 e até hoje tem lugar destacado na memória dos moradores. A paralisação do trabalho se iniciou em 31 de janeiro, dia da posse do presidente eleito, general Eurico Gaspar Dutra (que marcava o fim do Estado Novo), e se estendeu por 36 dias, provocando a paralisação quase completa da produção de carvão das minas e inclusive gerando um apagão elétrico de dois dias em Porto Alegre, capital do estado. Esta greve, motivada por aumento de salários e melhoria das condições de trabalho, teve diversos enfrentamentos violentos, tendo se encerrado com a intervenção militar nas vilas.

Mas ela é também marcada pela participação ativa das mulheres. Ao analisar processos jurídicos trabalhistas envolvendo demissões consideradas injustas, após a greve, verificamos que a adesão ou não à paralisação entre os operários homens é colocada nos termos de “ser homem” ou não,<sup>35</sup> envolvendo xingamentos e brigas. A masculinidade aqui aparece como duplo sentido: tanto pode ser aventada pelos operários como a coragem de enfrentar a repressão patronal e policial, como pode ser lembrada pelos representantes patronais como a ousadia de ir contra os próprios colegas, permanecendo fiel à empresa.

Por outro lado, nas mesmas reclamações trabalhistas, são comuns depoimentos dando conta de grupos de mulheres que foram às ruas para afrontar homens não-grevistas ao final da greve. Existem referências a bandos femininos “cujo trabalho era o de atirar pimenta e sal no rosto dos que cercavam”.<sup>36</sup> Outros relatos mencionam inclusive o uso de pedras e porretes pelos grupos femininos, que atuavam em conjunto com bandos masculinos, na tentativa de dissuadir os não-grevistas.

Um dos casos envolveu o mineiro Joaquim Franceski, 35 anos. Ele admitiu aos juízes que no dia 4 de março de 1946, quando ia do serviço para casa, foi “perseguido por um grupo de mulheres que andavam atacando os operários que estavam trabalhando”.<sup>37</sup> Em outro depoimento, o mineiro Francisco Sales Neto, de 48 anos, relatou ter sido ofendido no mesmo dia por várias pessoas,

---

<sup>35</sup> Speranza, *Cavando direitos*, 2014.

<sup>36</sup> Depoimento de Wilson Cony da Costa. Processo 66/46 (caixa 3), fls. 23. CD Processos Trabalhistas de São Jerônimo/RS (1938/1947). Coleção Acervos. Memorial da Justiça do Trabalho no RS (MJTRS).

<sup>37</sup> Processo 79/46, fls 21. CD Processos Trabalhistas de São Jerônimo/RS (1938/1947). Coleção Acervos. MJTRS.

“que lhe disseram impropérios de toda natureza”, sendo o grupo composto “de vinte ou trinta homens, incluído neles mulheres”.<sup>38</sup> A quebra da hierarquia patronal (chefes sendo agredidos) era acompanhada por uma inversão dos papéis de gênero. As mulheres colocavam-se num lugar que lhes permitia exercer sua agressividade frente aos homens, inclusive com ameaça física ou ataques verbais a sua virilidade. A confusão feita por Sales Neto (ou do escrivão), ao dizer que havia “grupos de homens compostos por mulheres” – certamente sua intenção era dizer que ambos agiam conjuntamente – pode ser lida como um ato falho: a valentia das mulheres as transformava simbolicamente em homens.

Em outro episódio, um capataz de 25 anos disse ter sido interpelado na rua pela esposa de um grevista que lhe teria dito que se ele “não tivesse coragem de se abster de trabalhar, ela lhe emprestaria um vestido”.<sup>39</sup> A discussão revela, simultaneamente, a subversão e a reafirmação dos tradicionais papéis de gênero: a mulher ameaça o homem mas associa a ele um símbolo de feminilidade (o vestido), e que no universo das minas, é também símbolo da covardia – já que a coragem é valor intrinsecamente ligado ao gênero masculino nesta comunidade. Portanto, a mulher se coloca de forma inferiorizada ao homem, porém o faz ameaçando-o e colocando-se assim, ela própria, como sujeito dominante.

O relato de Lourdes Lima também enfatiza a participação feminina nas greves da comunidade mineira rio-grandense, em especial das moradoras da chamada Vila Doze, onde moravam os trabalhadores com menor especialização e menor remuneração das minas. Sua narrativa sobre a greve de 1946 (da qual ela não foi contemporânea) mostra como a memória construída sobre o movimento na região destacou a participação feminina:

Barbaridade! Olha, aquilo veio pelotão de Porto Alegre, o choque veio.... Ah! Veio assim, foi; como dizia um... Pandemônio! E eles só recuaram, terminaram com a greve (deu quase em torno de mais de mês, quase chegando nos dois meses). A mulherada do Doze encampou a greve. Nos primeiros dias, quando eles viram que a greve ia.... Arrebrantar, eles prenderam não sei se um ou dois ternos, ficaram lá embaixo da mina. E isso é uma coisa errada que a empresa fez né? Aquela mulherada onde tinha uns quantos homens lá do Doze, a mulherada se organizou e desceram com a bandeira do Brasil, com a criançada, porque aquilo eram famílias numerosas.

---

<sup>38</sup> Depoimento de Francisco Sales Neto. Processo 81/46, fls 15. CD Processos Trabalhistas de São Jerônimo/RS (1938/1947). Coleção Acervos. MJTRS.

<sup>39</sup> Depoimento de Francisco Vargas. Processo 69/46 (caixa 3), fls. 32. CD Processos Trabalhistas de São Jerônimo/RS (1938/1947). Coleção Acervos. MJTRS.

Sete, oito, dez filhos, doze filhos... E foram. E com aqueles mineiros que já estavam em greve. Aqueles que furavam a greve recebiam o apelido de carneiro. E mineiro é danado, né? A gente sofrida botam o apelido, eles não abrem mão, se vão morrer, ou não, não interessa. Eram os carneiros. Quando via um carneiro passando na rua berravam que nem um carneiro.. Olha! E o laço pegava, gente! Deu muita gente quebrada. Então a greve foi indo para esse caminho e o que resolveu o último dia de greve que a Companhia deu algumas benesses que eles estavam reivindicando foi a mulherada do Doze. Pela sua agressividade, pelo sofrimento – aqui eu digo mais pelo sofrimento. Já pensou uma casa sem água? Que coisa triste! Ter que descer com a lata, ir lá no arroio? E tudo difícil, a Companhia: “Não! Tal dia vamos fazer, começar a perfurar os poços de água!”. E ainda quando perfurava um poço dava no salitre e aí vinha aquela água salobra que nem para lavar roupa! Não pega sabão, né? Aí perfuravam, não dava água doce. Teve tudo isso em Arroio dos Ratos. E toda aquela promessa, “amanhã vamos resolver, amanhã”, mas esse amanhã não chega. Então a contribuição da Vila Doze foi isso. Teve a pecha, aquela mulherada ali, ih! Quando falava da mulherada do Doze todo mundo tinha medo! Barbaridade!<sup>40</sup>

As noções de coragem, luta e sofrimento (este último ressaltado pela própria depoente) cruzam a narrativa da greve com a tarefa de lavagem das roupas, unindo o público e o privado no mesmo registro.<sup>41</sup> Como já mencionado, embora de origem humilde, Lourdes teve uma trajetória diferente da maioria das mulheres das vilas mineiras: estudou, foi professora, telefonista, e, por fim, vereadora, por dois mandatos. Seu discurso une o enfrentamento de classe e a perspectiva de gênero, percebidos como ações da esfera pública e de valorização do papel feminino.

A fala de Lourdes também pode ser compreendida numa tradição de envolvimento feminino nos enfrentamentos de classe. Em 1946, este ficou demonstrado não apenas durante a greve, mas após o seu término, quando um grupo de mulheres (“mães, esposas, noivas, irmãs e filhas de mineiros”) da vila de Butiá endereçou uma carta ao presidente Dutra. A intenção da carta, provavelmente inspirada em outras enviadas pelos mineiros e outros trabalhadores a Vargas durante o Estado Novo,<sup>42</sup> era “comunicar e pedir urgentes providências (...) sobre as desumanas e antipatrióticas medidas

---

<sup>40</sup> Entrevista de Lourdes Lima, 27/11/2019.

<sup>41</sup> Sobre a análise dos significados atribuídos aos acontecimentos e sua relação com a memória na análise de entrevistas de história oral, ver Alessandro Portelli, “O que faz a História Oral diferente”. *Projeto História*, São Paulo (14), fev. 1997.

<sup>42</sup> Sobre as cartas dos trabalhadores a Vargas, ver Jorge Ferreira, *Trabalhadores do Brasil – o imaginário popular (1930-1945)* (Rio de Janeiro: FGV, 1997).

tomadas pelo Cadem mandando destelhar casas dos mineiros”.<sup>43</sup> O documento informava que a medida era uma retaliação àqueles operários que haviam exercido “o sagrado direito de greve, mundialmente reconhecido ao operariado”.

O destelhamento era a forma tradicional utilizada pela mineradora para expulsar da vila os operários demitidos, já que muitos, mesmo depois de perderem o emprego, recusavam-se a sair das moradias, que pertenciam à companhia. Isso era prática comum bem antes da greve de 1946. Mas além do protesto em relação a esta arbitrariedade, a carta tinha outras demandas. O documento endereçado à Presidência da República revela uma série de preocupações relacionadas ao bem-estar e saneamento da comunidade, como as dificuldades com a falta de água:

É preciso caminhar-se não quadras, mas quilômetros para trazer-se água para beber e fazermos comida para nossos familiares. Sabemos que a falta de higiene corporal é um dos fatores das doenças, mas temos de nos conformar com isso, pois nossas forças não permitem conduzir mais de uma lata no carro de mão.

As mulheres também reclamavam das filas do açougue, para onde tinham de ir de madrugada ou mandar os filhos para conseguir, com sorte, “um pedaço de carne e maior parte de osso” porque assim como a água encanada, estava reservada aos engenheiros e gerentes da mineradora, também as melhores carnes.<sup>44</sup> Após protestarem ainda contra a falta de escolas para as crianças, as signatárias mencionavam o fechamento do lactário existente nas minas, “deixando dezenas e dezenas de crianças doentes e famintas, nesta hora em que a nossa miséria chega ao ponto mais elevado”.

Outro ponto relevante é a despedida da enfermeira Maria Festa, que prestava assistência aos mineiros na Vila de Butiá, onde não havia hospital, ao contrário da vizinha Vila de Arroio dos Ratos. Conforme Williams,<sup>45</sup> Festa fora demitida sob acusação de ser comunista; talvez por isso, o abaixo

---

<sup>43</sup> Carta das parentes femininas dos mineiros de Butiá ao Presidente da República, maio de 1946; caixa 3, série cartas do Sindicato, 08.01.1 – 1; Acervo Museu Estadual do Carvão. Agradeço a Cody Williams pela cessão de cópia deste documento. Os trechos citados a seguir são reproduzidos desta fonte.

<sup>44</sup> A importância do consumo de carne para a classe operária rio-grandense foi tema da pesquisa de Nauber Gavski da Silva, “O ‘mínimo’ em disputa: salário mínimo, política, alimentação e gênero na cidade de Porto Alegre (1940-1968)” (Tese de Doutorado - PPG em História, UFRGS, 2014).

<sup>45</sup> Cody Williams, “‘To sacrifice the vital rhythms of their being’: impairment, resistance, and industrial crisis in São Jerônimo, Rio Grande do Sul, 1944-1964 (Graduate Thesis, University of Oklahoma, 2019).

assinado deixa transparecer uma disputa política com a direção da instituição previdenciária, a Caixa de Aposentadorias da Mineração. O documento menciona uma “direção reacionária” e “um reacionário inimigo do povo, que ocupa o cargo de direção na Caixa”.

O documento alternava um tom laudatório e de cobrança, indicando uma postura falsamente subserviente das signatárias. Contém frases com nítida inspiração comunista: iniciava com “saudações anti-fascistas”, lembrando a aliança durante a II Guerra Mundial e ao final enaltecia a “fé e a esperança” dos trabalhadores em ver “a nossa pátria livre do capital estrangeiro, o mais reacionário”. Trazia ainda elogios bajulatórios ao exército, na tentativa óbvia de agradar ao general-presidente (“as nossas bases entregues ao glorioso Exército de Caxias, tão capaz de dirigi-las, e o governo junto com o povo marchando pela estrada do progresso e da paz, livre de todos os restos fascistas e reacionários que estão encastelados em postos do governo”). Mas a adulação não conseguia esconder a ênfase nas exigências, quase ameaças: “Senhor Presidente, no futuro a culpa cairá em cima de Vossa Excelência se agora que tem em suas mãos as rédeas do governo e uma maioria no Parlamento não souber ou não querer resolver os graves problemas que estamos apontando aqui”. E, ao final, a carta encerrava: “Abaixo a miséria e a fome do povo; viva o Brasil democrata e progressista; viva a paz”.

O abaixo assinado, contendo diversas assinaturas de mulheres, acabou sendo repassado pelo então ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Otacílio Negrão de Lima ao capitão Ebenezer Cabral de Mello, que à época era interventor militar na região das minas, para que tomasse providências. O capitão respondeu ao ministro quatro meses depois, dando uma série de explicações, defendendo enfaticamente as mineradoras e minimizando as reivindicações das mulheres. Um detalhe importante na resposta do capitão ao ministro é que as mulheres são somente mencionadas no início do ofício de quatro páginas. Depois, o militar se refere somente ao “memorial”, “mineiros” e “operários”, num processo claro de apagamento da voz feminina.

Mesmo no momento em que assinavam seus próprios nomes na defesa de suas reivindicações, as mulheres tinham negada a sua condição de sujeitos.

### **Considerações finais**

Ao analisar a resistência dos mineiros das Asturias, na Espanha, à ditadura franquista, Garcia observou o extraordinário desempenho das mulheres, ao protagonizar uma série de iniciativas, que iam desde piquetes durante as greves até visitas às empresas, campanhas pela anistia e lutas pela readmissão

de operários. Nas situações de enfrentamento das relações de trabalho, embora a imensa maioria dos mineiros fosse homens, as atividades das mulheres eram vitais e sua eficácia derivava em boa medida no apelo à masculinidade. “Su demostración de valor al desafiar a la represión se convierte por sí sola en una afrenta para quienes muestren cobardía. De ahí la facilidad con la que los piquetes integrados por mujeres consiguen extender una huelga”.<sup>46</sup>

Episódios como o relatado por Garcia ou como os narrados no presente artigo têm em comum esta apropriação dos valores associados à masculinidade em comunidades mineiras por parte das mulheres como uma arma contra os próprios homens – no caso, os não-grevistas. Trata-se de um jogo sutil, no qual a ordem patriarcal é simultaneamente mantida e subvertida, pela ação das mulheres que desafiam a dominação de gênero em nome da solidariedade de classe. A greve é como um carnaval, no qual as máscaras de gênero e de classe se confundem; passada a paralisação, volta-se às tradicionais hierarquias e, no caso das minas de carvão, à invisibilização das mulheres e à sua subordinação aos imperativos da honra e da domesticidade.

No caso das minas de carvão brasileiras, a divisão sexual do trabalho conforma a própria definição do gênero, sendo o feminino relacionado ao doméstico e ao subordinado, não apenas na ordem classista, mas também como em relação ao masculino em geral. As mulheres eram dependentes econômica e moralmente dos homens; seu espaço de ação era limitado. No caso específico das minas do Rio Grande do Sul, seu grande papel social era de fixação e reprodução da mão de obra masculina, além de auxiliar nas condições para sua exploração total pelo empresariado mineiro. A esta condição estrutural, ou “sistema de dominação-exploração” (utilizando o viés de Saffioti),<sup>47</sup> se contrapunha sua ação de resistência como sujeitos nos momentos de enfrentamento classistas.

Estes momentos, porém, também expressavam uma tensão nos papéis de gênero – mulheres que saíam em bando ameaçando homens –, nos quais elas demonstravam sua inconformidade com a dominação imposta por sua condição feminina. Os papéis invertidos rapidamente voltavam ao “normal”, mas o conflito entre a construção do feminino como docilidade e subordinação e uma realidade na qual tanto homens e mulheres precisavam ser fortes para sobreviver persistia. Tanto as relações amorosas furtivas, a desafiar a rígida moral, quanto o cotidiano duro dos serviços domésticos, eram espaços nos

---

<sup>46</sup> Rubén Vega García, “Instinto de clase y resistencias obreras en Asturias bajo la dictadura franquista”. *Revista Mundos do Trabalho*, 11 (2014): 242.

<sup>47</sup> Saffioti, *Gênero, patriarcado e violência*.

quais as mulheres esgarçavam os limites de seu papel subordinado e invisibilizado.

O estudo empírico de uma comunidade dos mineiros de carvão, no qual a divisão sexual do trabalho se impõe de forma tão rígida, ratifica a íntima relação entre os significados atribuídos aos gêneros e a cultura de classe. Tal relação, no entanto, é melhor compreendida como tensão permanente, também produtora de significados. No caso específico das mulheres das minas, seu lugar social era definido tanto pelas determinações de classe e gênero (entre outras), mas também pelas ações dos sujeitos em enfrentamento e resistência a estas determinações. Ou, lembrando dona Lourdes; “Quando falava da mulherada da Vila Doze, todo mundo tinha medo!”.

**Title:** Gender and Class in a Brazilian Coal Mining Community in the Mid-20th Century

**Abstract:** The article examines the construction of gender and the social position of women in the community of coal miners in Rio Grande do Sul, Brazil, in the mid-twentieth century, a period in which local mining reached the peak of production. In this region, there was a rigid sexual division of labour. The mines labour was exclusively male assignment while domestic chores were reserved for women. The study uses criminal and labour judicial sources, mining companies' archives and an interview with a resident of the region, among others. The research observes a tension in the gender roles in moments of social confrontation, in which there was some space for women to demonstrate their non-conformity with the domination imposed by their feminine condition.

**Keywords:** gender, coal mining, class struggle, work

**Título:** Género y clase en una comunidad de minería de carbón en Brasil a mediados del siglo XX

**Resumen:** El artículo examina la construcción de roles de género y el lugar social de las mujeres en la comunidad de mineros del carbón en el estado de Rio Grande do Sul, Brasil, a mediados del siglo XX, un período en que la minería local alcanzó su punto máximo. En esta región, había una rígida división sexual del trabajo; el servicio de minas era una tarea masculina y las tareas domésticas eran reservadas para las mujeres. El estudio utiliza fuentes judiciales penales y laborales, documentos de los archivos de las compañías mineras y una entrevista con un residente de la región, entre otros. La investigación observa una tensión en los roles de género en los momentos de confrontación social, en los que había espacio para que las mujeres demostraran su no conformidad con la dominación impuesta por su condición femenina

**Palabras clave:** género, minería del carbón, lucha de clases, trabajo